



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 09 DE MARÇO DE 2018 - Nº 5/2018 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos nove dias do mês de Março do ano de dois mil e dezoito, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Mário Fernando Atracado Pereira e com a presença dos Senhores Vereadores Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes, Carlos Jorge Duarte Pereira, António da Conceição Moreira e João Pedro Costa Arraiolos. Secretariou a reunião, Nuno Miguel Tendeiro Paulino, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira em regime de substituição.

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:

**Ponto 1** – Voto de Protesto pela composição dos órgãos da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Requerente: Departamento Nacional das Mulheres Socialistas

**Para Conhecimento:**

**Ponto 2** – Projeto de Lei Nº 780/XIII, que estabelece o regime de recuperação do controlo público dos CTT.

Requerente: Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português

**Para Conhecimento:**

**Ponto 3** – Concessão de Alvará para destaque de uma única parcela de terreno. Operação de destaque 3/2017.

Requerente: Maria Bento Montalvo Ribeiro

**Para Deliberação:**



**Ponto 4** – Requalificação e Revitalização do Jardim Municipal de Alpiarça – Alteração do projeto de Arquitetura e de Engenharia de Especialidades – Modificação do Contrato.

Requerente: Município de Alpiarça - Proposta/VJPA/Março de 2018

**Para Ratificação:**

**Ponto 5** – Requerimento de Licença Especial de ruído para a realização de uma festa de finalistas do Agrupamento de Escolas de José Relvas, a realizar no Recinto da Feira, Pavilhão do Partido Comunista Português, em Alpiarça, com início às 21h30 do dia 16 de Março de 2018, e termo às 02h00 do dia 17 de Março de 2018.

Solicita isenção de pagamento de taxas, em virtude ser uma Associação sem fins lucrativos.

Requerente: Associação de Estudantes da Escola José Relvas

**Para Deliberação:**

**Ponto 6** –Requerimento de Licença Especial de ruído para a realização de um evento do Dia da Mulher, a realizar na Associação Recreativa e Cultural do Frade de Baixo, na Rua da Carvalhita, em Frade de Baixo, Alpiarça, com início às 20h00 do dia 08 de Março de 2018, e termo às 02h00 do dia 09 de Março de 2018.

Requerente: Marisa Isabel Silva Isabelinha Graça Costa

**Para Ratificação:**

**Adenda Ponto 1** - Moção pela reabertura da Estação dos CTT em Alpiarça

Requerente: Município de Alpiarça - Proposta/Presidente/Março de 2018

**Para Deliberação:**

**Adenda Ponto 2** - Voto de Pesar pelo falecimento de Vasco Luís Pimenta D'Águiar

Requerente: Município de Alpiarça - Proposta/Presidente/Março de 2018

**Para Deliberação:**

A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram quinze horas e quinze minutos, tendo tido lugar o período de Antes da Ordem do Dia:



### **ANTES DA ORDEM DO DIA:**

O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e distribuiu o resumo diário de tesouraria referente ao dia 08 de Março de 2018, com um total de disponibilidades de 109.457,93€.

### PROPOSTA DE ATA N.º 04/2018 - RC REALIZADA DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O Sr. Vereador António Moreira propôs que na 5ª e 6ª linha da página 5, onde se lê “irá ser arquivado brevemente...” passe a ler-se “foi arquivado...”.

Posta à votação, foi a ata aprovada por unanimidade, com a alteração sugerida pelo Sr. Vereador António Moreira. O Sr. Vereador Carlos Jorge Pereira não participou nesta votação, por não ter estado presente na reunião do dia 23 de Fevereiro de 2018.

O Sr. Presidente da Câmara deu de seguida a palavra aos Vereadores.

Interveio o Sr. Vereador António Moreira para referir que uma rotura junto às Piscinas Municipais esteve a deitar água, a céu aberto, durante cinco dias. Solicitou a faturação das águas das piscinas, desde Janeiro de 2017 a Fevereiro de 2018, de forma a confirmar o que lhe foi dito por alguém sobre roturas naquela zona. Sobre a limpeza das ruas da vila afirmou que encontra cinco, seis e sete pessoas juntas a varrer uma rua, o que não lhe parece que seja a maneira mais correta. Disse que as pessoas põem o lixo dentro de sacos e depois abandonam os sacos no meio da rua durante vários dias, o que não lhe parece que seja um bom processo de trabalho. Mencionou que à entrada da vila há dois sacos de lixo, no meio do passeio, já há alguns dias e que alguém foi avisado, no fim de ser feita a limpeza, para fazer a recolha dos sacos. Voltou a referir os trabalhos no pavimento, para instalação de cabos ou tubagens, que são feitos pelas empresas que estão em Alpiarça a realizar esses serviços e que abrem buracos nos arruamentos, não os tapando corretamente. Acrescentou que na rotunda do cravo chegaram mesmo a arrancar a relva e colocá-la ao contrário. Questionou novamente se a fiscalização do Município tem acompanhado estas situações. Considerou que, no Parque do Carril, deveriam construir-se umas casas de banho de raiz, idênticas às que se construíram no Parque da Gouxaria, uma vez que as atuais, em madeira, não correspondem às necessidades do Parque. Sugeriu também que, entre o Parque e a vala deveria existir um gradeamento de madeira.



De seguida tomou a palavra a Sra. Vereadora Sónia Sanfona. Referiu-se à agenda que o município fez sair recentemente, com o título Alpiarça ConVida, lamentando que, depois de muitos anos a governar o Município de Alpiarça, a CDU não tenha tido a capacidade de ter alguma criatividade relativamente à agenda, que desde o início tem vindo a ser reclamada. Em relação à informação Municipal entende que deveria haver um boletim que contenha informação relativa às atividades do concelho, de forma regular, capaz de projetar, por exemplo, os nossos produtos endógenos, em vez de um boletim/revista com muita informação e mais espaçado no tempo. Lamentou que não tivesse havido um projeto de raiz, ao nível da informação, que projetasse o que a autarquia faz. Deu o exemplo da Agenda, referindo que o slogan é utilizado noutras autarquias e que seria interessante fazer uma coisa diferente. Sublinhou que o próprio editorial da Agenda, na forma como foi concebido e elaborado, é um texto quase igual ao que consta no projeto da Câmara de Braga. Em relação às candidaturas que o Município tem a fundos comunitários, solicitou um ponto de situação sobre os vários projetos. Neste âmbito nomeou o projeto da remodelação da Escola, o projeto da Unidade de Cuidados Continuados, o projeto do Mercado Municipal e o projeto da requalificação turística da Barragem dos Patudos.

O Sr. Presidente respondeu às questões que foram colocadas, começando pelas obras que decorrem nos arruamentos do Concelho. Afirmou que quando lhe chegam os pedidos para esses tipos de intervenção, a primeira vontade é indeferir os pedidos, sabendo que irão ser feitos buracos, mas acha que não o deve fazer, considerando que são investimentos necessários e que daí resultam melhorias para a população, como é agora o caso da instalação de fibra ótica e do gás natural. Esclareceu que, na sequência da reunião anterior, o executivo insistiu e foram dadas instruções para acentuar a presença da fiscalização municipal junto das obras em curso e comunicar às empresas a necessidade destas repararem o pavimento em condições, sob pena de suspensão das obras. Deu nota que, em relação ao que foi feito na rotunda do cravo, haverá lugar a uma reclamação. Sobre o que foi colocado relativamente ao Parque do Carril, considerou que são situações a equacionar, mas, no que diz respeito à colocação de uma barreira junto à vala, entende que, a ser feita, será mais por uma questão de estética, de embelezamento, do que por uma questão de segurança. Sobre a construção de novas casas de banho, observou que estas devem ter em conta a sua localização, em leito de cheia e a proximidade da vala, bem como o próprio enquadramento de todo o espaço. Em relação aos fundos comunitários informou que as obras do



Jardim Municipal estão em fase de acabamentos, sendo inauguradas no dia dois de Abril, com a presença do Sr. Secretário de Estado das Autarquias Locais, Dr. Carlos Miguel, estando a ser preparado o programa da inauguração. Sobre o Mercado Municipal disse que estão a ser desenvolvidos alguns procedimentos para o concurso, cujo projeto já está aprovado e assim que houver a adjudicação iniciar-se-à a obra, procurando dotar aquele espaço de melhores condições e novas valências, não descurando a criação de uma maior atratividade do espaço exterior. Deu nota, em relação à Escola, que o seu enquadramento será no âmbito do Programa Operacional do Alentejo, com base num protocolo a estabelecer com o Ministério da Educação para a divisão da comparticipação nacional. Acrescentou que há um esboço do projeto e que está pedida uma reunião com a Sra. Secretária de Estado Adjunta e da Educação, para definir a responsabilidade do projeto, considerando que no concelho do Cartaxo, cuja escola está igualmente mapeada, o Ministério assumiu o custo com o projeto de arquitetura e engenharia. Sobre a Unidade de Cuidados Continuados observou que o processo está mais atrasado. Só recentemente se definiram os critérios para estas tipologias, dos equipamentos sociais e de saúde. Entende que há um caminho a fazer, que terá de ser feito rapidamente, na definição do espaço, na definição do modelo de gestão, havendo também pareceres vinculativos de várias entidades, nomeadamente do Ministério da Saúde. Deu conhecimento que, numa linha de reprogramação do quadro comunitário, a CIMLT já contactou o Município no sentido de saber quais as áreas que gostaríamos ver reforçadas, no âmbito do Portugal 2020. O Município avançou com um reforço para a tipologia de equipamentos sociais, para a Unidade de Cuidados Continuados, bem como para o Património Natural, onde se pode incluir uma intervenção na Barragem, para a criação de infraestruturas de apoio ao turismo. Referiu também o programa de promoção do sucesso educativo, que está a ser desenvolvido em conjunto com os Municípios da CIMLT e o projeto de substituição das luminárias, com a implementação de tecnologia LED, no âmbito da eficiência energética, cuja candidatura já foi apresentada.

Interveio o Sr. Vereador Carlos Jorge Pereira para esclarecer algumas questões. Começou por dizer que a rotura na zona das Piscinas não foi reparada mais rapidamente devido às condições climatéricas, sendo efetuada assim que foi possível. Sobre a limpeza das ruas afirmou que, independentemente de os funcionários andarem ou não em grupo, o que importa é que o trabalho seja feito conforme é transmitido e mostrou satisfação pelo trabalho que o grupo referido, de



cinco ou seis pessoas, desenvolve, reconhecendo também o empenho e o desenvolvimento dos serviços desse grupo, que correspondem às necessidades que vão surgindo. Em relação aos sacos deixados na rua João de Sousa Falcão, confirma que, efetivamente estiveram lá durante alguns dias mas que já deu instruções para os retirar e que foram retirados hoje. Sublinhou que não eram muitos sacos, eram apenas dois e estavam na berma. Sobre a Agenda, afirma que o formato já existia, nalguns períodos, em suporte digital e que agora foi transferido para o papel. Sobre as considerações que foram feitas pela Sra. Vereadora Sónia Sanfona realçou que também Braga e o Crato acabaram por ter tão bom gosto como nós na escolha do slogan da Agenda. Deu nota que a próxima edição do “Alpiarça ConVida” vai ter algumas alterações ao nível de informações sobre o turismo e uma maior participação das Associações e coletividades do Concelho, procurando sempre melhorar a Agenda.

O Sr. Presidente da Câmara valorizou o aparecimento da Agenda, afirmando que há um conjunto de municípios que usam o mesmo slogan. Sublinhou que o objetivo é convidar as pessoas a visitar Alpiarça e mencionou que se justifica porque há agora um conjunto grande de eventos no Concelho.

Pediu a palavra o Sr. Vereador António Moreira para dizer que nunca disse que havia falta de empenho no grupo que referiu, apenas disse que na sua perspetiva não é a forma de resolver o problema. Entende que, em vez de um grupo de seis pessoas devia haver dois grupos de três. Acerca da rotura que referiu, disse que há serviços especiais no Município em que os funcionários sabem que têm que os acabar, mesmo que se tenha de fazer horas extraordinárias. Entende que quando há uma rotura, esse serviço tem de se fazer. Afirmou que tem conhecimento dos metros cúbicos de água que foram gastos e que não é correto deixar uma rotura a correr muita água durante tantos dias.

Interveio o Sr. Vereador João Pedro Arraiolos para valorizar também a Agenda Cultural e lamentar que se procure desvalorizar o que de positivo se faz em Alpiarça. Afirmou que parece haver, nalgumas pessoas, alguns problemas de identidade ou existencial, que têm dificuldade em reconhecer e valorizar o que se faz de positivo por esta terra. A Sra. Vereadora Sónia Sanfona pediu a palavra para dizer que o objetivo dos Vereadores do Partido Socialista é apontar o que acham que é menos positivo de forma a que possa ser resolvido. O Sr. Presidente mostrou também a sua preocupação pela forma como algumas pessoas olham para o concelho, havendo uma tendência



para, em determinados setores, olharem muito negativamente para tudo o que se faz no concelho e para o próprio concelho, com reflexos negativos para o mesmo.

Terminado o período de antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:

### **ORDEM DO DIA:**

**Ponto 1** – Voto de Protesto pela composição dos órgãos da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Requerente: Departamento Nacional das Mulheres Socialistas

#### **Para Conhecimento:**

O Sr. Presidente da Câmara reconheceu, a este respeito, que efetivamente as mulheres estão pouco representadas nos órgãos da ANMP e referiu que o Departamento Nacional das Mulheres Socialistas protesta contra o próprio Partido Socialista, que não cumpriu os regulamentos internos. A Sra. Vereadora Sónia Sanfona entende que há um conjunto de alterações de mentalidade que vão tendo de ser promovidas ao longo do tempo e que muitas vezes o decurso do tempo não basta. Acrescentou que é preciso contribuir para que elas aconteçam e que, por vezes, só acontecem quando se fazem leis que obrigam a que elas aconteçam, de forma a abrir caminhos para essas alterações de mentalidade. Fez referência a dois decretos-lei que foram aprovados no Dia da Mulher, relativamente à questão da igualdade de género, designadamente da presença de mulheres nos órgãos de administração de empresas e outros órgãos diretivos.

Foi dado conhecimento.

**Ponto 2** – Projeto de Lei Nº 780/XIII, que estabelece o regime de recuperação do controlo público dos CTT.

Requerente: Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português

#### **Para Conhecimento:**

O Sr. Presidente referiu que este Projeto-lei procurava, no essencial, a recuperação, por parte do Estado o controlo público da gestão dos CTT, perante a evidência do desmantelamento e da



destruição de uma empresa de grande relevância como é o caso dos CTT, passando pelo encerramento de estações. Referiu que esta proposta foi chumbada na Assembleia da República, com os votos do PSD, do CDS e do PS. Realçou que o Partido Socialista critica e muito bem, o processo de privatização dos CTT, levado a cabo pelo anterior governo do PSD/CDS que alienou a totalidade do capital social da empresa, mas que essa responsabilidade é do anterior governo, e que o atual não tem meios para intervir na gestão dos CTT porque não tem capital na empresa, mas perante um proposta concreta através da reversão para o domínio público deste serviço e desta empresa, vota contra.

Não havendo mais intervenções, foi dado conhecimento.

**Ponto 3** – Concessão de Alvará para destaque de uma única parcela de terreno. Operação de destaque 3/2017.

Requerente: Maria Bento Montalvo Ribeiro

**Para Deliberação:**

O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Engenheiro José Portugal que esclareceu o ponto, afirmando que não tem nada, em termos técnicos, a opor a esta operação.

Pedi a palavra o Sr. Vereador António Moreira, que fez um pedido de esclarecimento em relação a eventuais discrepâncias nos titulares, prontamente esclarecidas na própria reunião.

A Sra. Vereadora Sónia Sanfona questionou se um documento de um sindicato é bastante para atestar uma pessoa, da sua habilitação profissional, não tendo no entanto nada a opor à votação do ponto.

Posto à votação, foi o ponto aprovado por maioria, com três votos a favor da CDU e duas abstenções do PS, conforme pareceres técnicos apresentados.

**Ponto 4** – Requalificação e Revitalização do Jardim Municipal de Alpiarça – Alteração do projeto de Arquitetura e de Engenharia de Especialidades – Modificação do Contrato.

Requerente: Município de Alpiarça - Proposta/VJPA/Março de 2018

**Para Ratificação:**

O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos prestou os necessários esclarecimentos sobre este ponto e solicitou ao Sr. Engenheiro José Portugal alguns esclarecimentos adicionais.





Elucidados todos os pormenores técnicos, foi a ratificação aprovada por maioria, com três votos a favor (CDU) e duas abstenções (PS).

**Ponto 5** – Requerimento de Licença Especial de ruído para a realização de uma festa de finalistas do Agrupamento de Escolas de José Relvas, a realizar no Recinto da Feira, Pavilhão do Partido Comunista Português, em Alpiarça, com início às 21h30 do dia 16 de Março de 2018, e termo às 02h00 do dia 17 de Março de 2018.

Solicita isenção de pagamento de taxas, em virtude ser uma Associação sem fins lucrativos.

Requerente: Associação de Estudantes da Escola José Relvas

**Para Deliberação:**

A Sra. Vereadora Sónia Sanfona fez um reparo em relação à designação do pavilhão, afirmando que há um espaço municipal que está cedido temporariamente ao Partido Comunista Português.

O Sr. Presidente contrapõe dizendo que há igualmente um conjunto de empresas, cujos terrenos estão cedidos em direito de superfície.

Posto à votação, foi o ponto aprovado por unanimidade.

**Ponto 6** – Requerimento de Licença Especial de ruído para a realização de um evento do Dia da Mulher, a realizar na Associação Recreativa e Cultural do Frade de Baixo, na Rua da Carvalhita, em Frade de Baixo, Alpiarça, com início às 20h00 do dia 08 de Março de 2018, e termo às 02h00 do dia 09 de Março de 2018.

Requerente: Marisa Isabel Silva Isabelinha Graça Costa

**Para Ratificação:**

Não houve intervenções.

Posta à votação, a ratificação foi aprovada por maioria, com três votos a favor (CDU) e duas abstenções (PS).

**Adenda Ponto 1** - Moção pela reabertura da Estação dos CTT em Alpiarça

Requerente: Município de Alpiarça - Proposta/Presidente/Março de 2018

**Para Deliberação:**

O Sr. Presidente da Câmara fez a leitura da moção, que tem a seguinte redação:



## MOÇÃO

### PELA REABERTURA DA ESTAÇÃO DOS CTT EM ALPIARÇA

#### É IMPRESCINDÍVEL A INTERVENÇÃO DO GOVERNO NO QUADRO DA RECUPERAÇÃO DO CONTROLO PÚBLICO DA GESTÃO DOS CTT

Considerando que:

. A administração dos CTT encerrou a estação dos correios em Alpiarça, no quadro do fecho de 22 estações em todo o País, e prepara-se para encerrar muitas outras mais e dispensar 800 trabalhadores;

- Esta estação dos CTT é a única na área territorial do concelho e serve, assim, a totalidade dos habitantes, apresentando anualmente resultados de exploração positivos (lucros), sendo o atendimento de cerca de 1 utente a cada 5 minutos em média, ou seja, com um afluxo constante de utilizadores do serviço;

. A Câmara Municipal e a Junta de Freguesia realizaram um conjunto de reuniões com a administração dos CTT, no sentido da reversão da intenção do fecho da estação dos correios de Alpiarça;

. Nas reuniões realizadas ficou bem clara a posição do Município e da Freguesia de Alpiarça, defendendo que é aos CTT, através dos seus serviços e dos seus funcionários, que cabe assegurar

o serviço postal universal que foi concessionado pelo Estado, e nunca às autarquias, que não exercendo quaisquer competências nesta matéria muito menos devem financiar os lucros de uma empresa que é privada;

. O serviço público prestado pelos Correios, é um serviço centenário, que devia ter um carácter universal e caracterizar-se pelo cumprimento de elevados padrões de qualidade, mas tem vindo a



sofrer diariamente um acelerado ritmo de destruição e degradação;

. A política de encerramento de estações dos CTT visa única e exclusivamente aumentar o lucro da empresa, sem se preocupar com o serviço público, que constitui a sua essência e razão de ser da empresa, privilegiando claramente as áreas mais rentáveis como sejam os serviços bancários;

. A Administração dos CTT está claramente a violar o acordo que celebrou com o Governo, não respeitando os critérios de qualidade com os quais se comprometeu aquando da concessão, não respeitando a cobertura total do território nacional, nem os princípios de reserva de confidencialidade ou da proximidade, subconcessionando abusivamente a outros o serviço público que deveria cumprir diretamente.

Assim, a Câmara Municipal de Alpiarça, reunida em 09 de Março de 2018, delibera:

1. Exigir à administração dos CTT a reabertura da estação de Alpiarça e a retoma do seu funcionamento nos moldes e horários habituais, disponibilizando o leque de serviços que eram anteriormente prestados, mas reforçando a sua qualidade, dando prioridade ao interesse público;
2. Exigir ao Governo que intervenha neste processo, impondo o cumprimento dos princípios de universalidade e de proximidade que estão na base do contrato de concessão do serviço público, iniciando de imediato as medidas necessárias à recuperação do controlo público dos CTT, única forma de parar o processo de destruição desta importante empresa nacional.

Interveio a Sr. Vereadora Sónia Sanfona para dizer que, em nome dos Vereadores do Partido Socialista, concorda substancialmente com tudo o que está escrito nesta moção, não concordando com um aspeto, que tem a ver com a proposta de deliberação que o Sr. Presidente apresenta, ou seja, está à vontade para votar toda a moção até à palavra “publico” do nº 2. Os Vereadores do PS votam favoravelmente que se exija à administração dos CTT a reabertura da estação de Alpiarça e a retoma do seu funcionamento nos moldes e horários habituais, disponibilizando o leque de serviços que eram anteriormente prestados, mas reforçando a sua qualidade, dando prioridade ao



interesse público, e votam favoravelmente que se exija ao Governo que intervenha neste processo, impondo o cumprimento dos princípios de universalidade e de proximidade que estão na base do contrato de concessão do serviço público. Não subscrevem que a única forma de parar o processo de destruição da empresa, ainda que sejam frontalmente contra o processo de privatização nos moldes em que foi feita, seja a nacionalização da empresa.

O Sr. Presidente reiterou que essa será mesmo a única forma de parar a degradação do serviço e a destruição da empresa, entendendo que nas forças políticas há um sentimento generalizado que o caminho está a ser trilhado nesse sentido, quando a empresa se centra cada vez mais e apenas na maximização do lucro, com o que é mais rentável que é o banco CTT, para onde é canalizado o interesse dos acionistas. Ainda recentemente se discutiu sobre a distribuição dos dividendos dos CTT, que vão ser distribuídos muita acima do lucro, com venda de património. O Sr. Presidente afirmou que este é o caminho para a destruição da empresa. Entendeu que a única forma de parar este processo é a nacionalização da empresa e a retoma da gestão pública.

A Sra. Vereadora considerou que o facto de haver um grupo de trabalho para esta questão, entende que há ainda um caminho a percorrer até se chegar à retoma do controlo público da empresa. O Sr. Presidente afirmou que teme que todas as estações dos CTT que não tenham banco, sejam para encerrar, concessionando o serviço a terceiros e que a única forma de travar este processo é a nacionalização da empresa.

Posto à votação, foi o ponto aprovado por maioria, com três votos a favor (CDU) e dois votos contra (PS).

A Sra. Vereadora Sónia Sanfona fez a seguinte declaração de voto, em nome dos Vereadores do PS: “Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista na Câmara Municipal de Alpiarça votaram contra a proposta apresentada porque ela contém, no ponto dois colocado à apreciação, a exigência de que o Governo tome medidas imediatas para proceder à nacionalização dos CTT. Nós não entendemos que esta seja a única via de resolver este processo, entendemos que há um caminho que é necessário fazer, aliás, à semelhança daquilo que entendem quer o Parlamento, quer outras entidades que formaram a comissão de trabalho para avaliar esta situação, quer até outras forças políticas que apresentaram projetos de lei diferentes e que tendem a encontrar algumas medidas que podem conduzir no sentido da solução deste problema, agora estamos completamente solidários com a posição assumida pela autarquia de exigência à administração dos CTT de



reabertura da estação de Alpiarça e relativamente à exigência ao Governo que não perca de vista esta situação e que intervenha, nos limites obviamente das suas possibilidades, no sentido de fazer cumprir o contrato de concessão que está previsto. Relativamente a essa matéria estamos completamente de acordo, queremos que a estação dos CTT em Alpiarça esteja aberta, esteja ao serviço da população, ela presta um serviço inestimável e que não pode ser substituído efetiva e verdadeiramente por outra entidade. Consideramos que a ultima consideração, que é muito mais de cariz político-partidário, do que propriamente uma referência direta aos interesses dos alpiarcenses , consideramos que ela não merece o nosso acordo”.

**Adenda Ponto 2 - Voto de Pesar pelo falecimento de Vasco Luís Pimenta D'Águiar**

Requerente: Município de Alpiarça - Proposta/Presidente/Março de 2018

**Para Deliberação:**

O Sr. Presidente da Câmara fez a leitura da proposta de voto de pesar, que tem a seguinte redação:

**VOTO DE PESAR**

Vasco Luís Pimenta d'Aguiar, faleceu no passado dia 6 de Março, aos 63 anos. Natural de Lisboa, Vasco Aguiar adotou Alpiarça, Concelho que escolheu para viver e onde residiu grande parte da sua vida.

Ainda jovem, destacou-se na luta contra o fascismo, participando ativamente em ações contra os governos do regime ditatorial, intervindo em diversas iniciativas de luta pela liberdade e democracia. Numa dessas ações chegou mesmo a ser preso pela Pide/DGS. A prisão não o amedrontou, antes pelo contrário, deu-lhe mais força para continuar a lutar por uma vida melhor e em liberdade para todos.

Já em Alpiarça, cedo se destaca como dirigente associativo, muito ligado à cultura.

Foi presidente do Rancho Folclórico da Casa do Povo de Alpiarça.

Foi diretor da Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1º de Dezembro durante muitos anos, ligado a várias secções, entre as quais a secção cultural.

Esteve também associado ao aparecimento e desenvolvimento da patinagem de velocidade em Alpiarça , tendo participado na criação da respetiva secção, na SFA 1º Dezembro.

Membro do Partido Comunista Português e ativista da Coligação Democrática Unitária, foi eleito na Assembleia Municipal de Alpiarça, entre 2001 e 2005, pelas listas da CDU.



Foi responsável pelos serviços administrativos do Centro de Saúde de Alpiarça e, posteriormente veio a desempenhar o mesmo cargo no Centro de Saúde de Almeirim, para onde foi transferido e exerceu até à aposentação.

Assim

A Câmara Municipal de Alpiarça, reunida no dia 09 de Março de 2018, manifesta o mais profundo pesar pelo seu falecimento, e endereça aos seus familiares, as mais sentidas condolências.

Posto à votação, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade.

### **PERÍODO DO PÚBLICO**

Não houve intervenções.

### **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezassete horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de apoio à Presidência, a redigi e assino.